



CARTA RESPOSTA - PUBLICADA PELA FOLHA DE SÃO PAULO EM 12 SET 2003

SEÇÃO PAINEL DO LEITOR (PÁGINA A3)

Energia

"Em relação à reportagem "Luz é mais cara para cliente de privatizada" (**Dinheiro**, 8/9), tenho os seguintes comentários a respeito da infeliz escolha do título:

1. a cadeia produtiva do setor elétrico está organizada em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia;
2. o setor de geração, responsável pela produção da energia, ainda é predominantemente controlado diretamente pelo governo via estatais que detêm cerca de 80% do setor;
3. no setor elétrico, não há margem para arbitrariedades das empresas, estatais ou privadas, uma vez que a tarifa de energia é regulada pela Aneel;
4. a tarifa elétrica é composta de duas parcelas, chamadas de A e B. A parcela A representa os "custos não-gerenciáveis" e é repassada totalmente à tarifa por conter itens que fogem ao poder de administração da distribuição;
5. a compra de energia é o item mais significativo da parcela A. Como 80% da geração de energia é feita pelas estatais, tal parcela depende essencialmente do preço de energia das empresas estatais;
6. o próprio repórter explica: "Há explicações técnicas para a diferença nas tarifas. A principal delas está relacionada com o custo do dólar: as distribuidoras da região Sudeste compram energia de Itaipu, hidrelétrica que, por ser binacional (Brasil-Paraguai), vende em dólar". Aproximadamente 11% da tarifa média paga pelo consumidor brasileiro se deve ao custo com a compra obrigatória de energia de Itaipu, paga três vezes ao mês ao dólar do dia. Novamente, tratamos de energia estatal cujo custo é apenas repassado aos consumidores pelas distribuidoras, sejam elas estatais ou privadas;
7. o repórter continua a explicar os outros fatores que produzem o efeito de energia mais cara: "Os custos altos de geração das usinas nucleares (Angra 1 e 2), de energia importada da Argentina e de termelétricas que geram eletricidade cobrada em dólar (...). Para a geração termelétrica com óleo combustível, muito usado na região, há subsídio pago por todos os consumidores do país (...)"

Ao ler que "as cinco maiores tarifas são de distribuidoras privatizadas, e as cinco menores, de estatais", o leitor é induzido a correlacionar "capital privado" e "energia mais cara". O correto seria vincular o valor da tarifa às características regionais de fornecimento da energia elétrica.

Seria muito mais adequado, por exemplo, dizer "Luz é mais cara para clientes da região Sudeste", já que as cinco empresas da amostra usadas para chegar à "conclusão" do título da reportagem servem clientes do Sudeste, região sujeita aos custos mais caros de geração de energia. Os fatos comprovam que não é possível estabelecer nenhuma ligação entre empresas privadas e altas tarifas.

Ainda quando se avalia a participação privada no setor de energia elétrica, relembro:

1. o consumidor brasileiro tem sido beneficiado pela boa gestão das empresas privadas na distribuição: a duração média das interrupções no suprimento de energia caiu 40% de 1997 para cá. E a frequência média dessas falhas caiu 35%;
2. o contribuinte brasileiro já foi beneficiado em mais de R\$ 100 bilhões pela privatização do setor se trouxermos a valor presente os preços pagos pelas concessões."

Claudio J.D. Sales, diretor-presidente da CBIEE -Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (São Paulo, SP)



ANEXO I – MATÉRIA PUBLICADA PELA FOLHA DE SÃO PAULO EM 08 SET 2003

ENERGIA: Tarifas variam mais de 70% conforme a região do país; as cinco menores são estatais, e as cinco maiores, privadas

Luz é mais cara para cliente de privatizada

HUMBERTO MEDINA, DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As tarifas de energia elétrica para consumidores residenciais variam mais de 70% de acordo com a região do país. A comparação - que não considera a tarifa de baixa renda nem os tributos - mostra que os clientes das distribuidoras privatizadas da região Sudeste pagam mais pela energia do que os clientes das estatais, principalmente da região Norte.

As cinco maiores tarifas são de distribuidoras privatizadas, e as cinco menores, de estatais. Entre 1998 e 2002, os consumidores das cinco distribuidoras de maior tarifa tiveram que arcar com aumentos acumulados entre 41,45% e 123,41%. Para os clientes das cinco distribuidoras com tarifa menor, os aumentos foram mais baixos, de no máximo 65,34%. Em igual período, a inflação ficou em 87% (IGP-DI).

O levantamento da Folha, feito com números da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), levou em consideração somente distribuidoras de grande porte e todas as que atendem capitais. Há explicações técnicas para a diferença nas tarifas. A principal delas está relacionada com o custo do dólar: as distribuidoras da região Sudeste compram energia de Itaipu, hidrelétrica que, por ser binacional (Brasil-Paraguai), vende em dólar. Além disso, Furnas, principal fornecedora de energia das distribuidoras do Sudeste, repassa para a tarifa os custos altos de geração das usinas nucleares (Angra 1 e 2), de energia importada da Argentina e de termelétricas que geram eletricidade cobrada em dólar.

Já na região Norte, onde está a maioria das distribuidoras com tarifa residencial mais baixa, a energia fornecida pela Eletronorte é mais barata. Para a geração termelétrica com óleo combustível, muito usado na região, há subsídio pago por todos os consumidores do país, o que reduz o custo para os clientes locais.

Prejuízo

A energia barata das distribuidoras estatais não sai de graça. Como a maioria dessas empresas - três administradas pela Eletrobrás e outras duas estaduais - dá prejuízo, a conta acaba sendo paga por todos os contribuintes. Em 2002, o prejuízo somado das distribuidoras federalizadas assumidas pela Eletrobrás chegou a R\$ 637 milhões. Entre as cinco distribuidoras de menor tarifa, a Eletroacre é federalizada e teve prejuízo de R\$ 56 milhões no ano.

Para o presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, o problema não está no valor das tarifas. "O maior problema é a inadimplência", diz ele. Pinguelli entregou, na semana passada, documento ao Ministério de Minas e Energia sobre a situação de inadimplência dos clientes das distribuidoras federalizadas. Os principais devedores são empresas e governos estaduais e municipais. As empresas federalizadas foram assumidas pela Eletrobrás para que fossem saneadas e, depois, privatizadas. Para o superintendente de regulação financeira da Aneel, César Antônio Gonçalves, é mais provável que o mau resultado financeiro das empresas com tarifa baixa seja causado por problemas de gestão das companhias.

O novo modelo do setor elétrico debatido pelo governo prevê que a energia vendida pelas geradoras será toda comprada por um "pool" -que repassaria a energia, com uma tarifa média, para as distribuidoras.